

# Sobre alguns modificadores nominais de valor modal

*Rui Marques*

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

## Abstract

This paper investigates the semantics of Portuguese nominal modifiers consisting of an infinitive clause introduced by the preposition *para* ('to'). The observation is made that such modifiers have a modal interpretation, which can be described on the basis of the parameters that Kratzer (1991) argues to be operative in the interpretation of modal verbs and modality in general: modal base, ordering source and modal force. Concerning modal force, the observation is made that the considered nominal modifiers are ambiguous between the possibility and necessity reading. Arguments are provided that this ambiguity follows from the possibility of computing a hidden modal verb.

**Keywords:** nominal modifiers, modality, modal base, ordering source, modal force

**Palavras-chave:** modificadores nominais, modalidade, base modal, relação de ordem, força modal

## 1. Introdução

Como é referido em diversos autores, em português, a função sintáctica de Modificador Nominal pode ser desempenhada por constituintes de tipo adjectival, preposicional e oracional. É o que mostram os exemplos que se seguem, com o modificador nominal sublinhado:

- (1) a. Muitas cidades asiáticas têm problemas graves de poluição.
- b. Várias empresas com dificuldades financeiras pediram ajuda ao Governo.
- c. Alguns países que assinaram o protocolo de Quioto estão longe de cumprir os objectivos.

No que respeita aos modificadores nominais oracionais, as orações relativas restritivas constituem o tipo de oração que mais comumente é apontado como exemplo e que mais analisado tem sido. No entanto, o tipo de orações que restringem a denotação da estrutura nominal a que se aplicam e, portanto, desempenham a função sintáctica de modificador nominal é mais vasto. De facto, pelo menos desde Mória (1983) é reconhecido que os modificadores nominais oracionais integram, além das orações relativas restritivas, orações participiais, orações gerundivas (com restrições) e orações infinitivas, como ilustram os seguintes exemplos, com o modificador nominal sublinhado:

- (2) a. Todos os artefactos recolhidos na escavação arqueológica estão no museu.  
 b. Todos os documentos contendo informações classificadas serão objecto de medidas de protecção especiais.  
 c. Há várias questões a debater.

Como é referido também em Mória (1983), os modificadores oracionais infinitivos podem ser introduzidos por diversas preposições, como mostram os seguintes exemplos, que o autor apresenta:

- (3) a. Esta cidade tem muitos edifícios a precisar de restauração.  
 b. Quais são os documentos por assinar?  
 c. As flores para oferecer à Ana estão em cima da mesa.  
 d. Na Rússia, faz um frio de rachar.  
 e. ok/?Não podem atravessar a fronteira cães sem estarem vacinados.

Se bem que todos estes tipos de oração sejam modificadores nominais e, portanto, sejam do mesmo tipo semântico (denotam funções de conjuntos para conjuntos), pode-se reconhecer alguma diversidade de valores associados a diferentes modificadores oracionais infinitivos. Por exemplo, como é observado em Mória (1983), o modificador oracional infinitivo em (3d) tem um valor consecutivo, enquanto o que ocorre em (3c) tem um valor próximo do que se encontra em orações subordinadas adverbiais finais.

Proponho-me neste artigo analisar mais detalhadamente os valores semânticos expressos pelos modificadores nominais infinitivos introduzidos pela preposição *para*. Trata-se de um tipo de construção que parece ter alguma produtividade na língua portuguesa e cujo significado, tanto quanto sei, não tem sido objecto de descrições aprofundadas.

## 2. Valores dos modificadores nominais oracionais infinitivos introduzidos pela preposição *para*

Mória (1983) considera que “certos modificadores oracionais de nomes introduzidos pelo operador *para* têm um valor aproximável do das orações adverbiais finais”, como é o caso dos exemplos (4a) e (4b), de sua autoria, com a estrutura nominal modificada sublinhada:

- (4) a. As flores para oferecer à Ana estão em cima da mesa.  
 b. Os óculos para ver ao longe estão em cima da mesa.

Se alargarmos o leque de exemplos, podemos observar que nem sempre os modificadores nominais introduzidos pela preposição *para* veiculam este valor de finalidade.

Por um lado, há exemplos em que o valor em causa está claramente ausente, como é o caso de (5a), ou em que só muito dificilmente se pode reconhecer um valor próximo do de finalidade, como se verifica em (5b):

- (5) a. Isto é terreno para medir 80ha.  
 b. O Paulo é rapaz para resolver o problema.

De facto, a frase (5a) expressa uma suposição, indicando que se calcula que o terreno meça cerca de 80ha. Quanto a (5b), a frase pode veicular um valor de capacidade, indicando que o Paulo tem capacidade para resolver o problema, ou um valor epistémico, indicando que não se exclui a possibilidade de o Paulo vir a resolver o problema. Em qualquer dos casos, a intenção de o Paulo resolver o problema ou não o resolver não é relevante para a interpretação da frase.

Por outro lado, há exemplos em que se pode reconhecer um valor de finalidade, mas que têm outras leituras que não envolvem este tipo de valor. É o que ilustram as construções (6a) e (6b):

- (6) a. Temos vários assuntos para debater.  
 b. Isto é casa para durar cem anos!

Numa interpretação, (6a) é parafraseável por (7a), pelo que veiculará um valor de finalidade ou intencionalidade, enquanto noutra leitura é parafraseável por (7b), caso em que a asserção da frase poderia ser continuada, por exemplo, por *mas não teremos tempo de os abordar (todos)*. Nesta segunda leitura, a frase não expressa um valor de finalidade.

- (7) a. Temos vários assuntos que tencionamos debater.  
 b. Temos vários assuntos que deveríamos debater.

De igual modo, a frase (6b) pode veicular um valor de finalidade, sendo parafraseável por (8a), tal como pode ter pelo menos uma outra interpretação, caso em que é parafraseável por (8b), estando ausente o valor de intencionalidade:

- (8) a. Tenciono que a casa dure cem anos.  
 b. É possível que a casa dure cem anos.

Assim sendo, a primeira observação a fazer é que se verifica que, além do valor de finalidade, os modificadores nominais em análise podem expressar outros valores modais, sendo reconhecíveis pelo menos o valor epistémico (cf. (5a) e uma das interpretações de (5b)), o valor de capacidade (cf. uma das interpretações de (5b)) e o valor deóntico (cf. uma das interpretações de (6a)).

Uma segunda observação inicial é que, geralmente, as construções em análise são potencialmente ambíguas ou vagas<sup>1</sup>. Além dos exemplos acima apresentados como ambíguos, veja-se, por exemplo, a seguinte construção:

---

<sup>1</sup> Nem todas as construções com os modificadores nominais em análise parecem ser ambíguas ou vagas. Por exemplo, a frase *isto é terreno para medir 80ha* parece ter apenas uma leitura, embora, com alguma imaginação, se possa pensar num contexto de asserção em que a frase recebe uma interpretação diferente.

(9) isto é obra para durar dez anos<sup>2</sup>

Numa situação em que se está a prever o prazo de duração da obra em causa, (dependendo da entoação e eventualmente de outros factores) a asserção de (9) pode indicar que o enunciador prevê com bastante certeza que a obra dure dez anos, como pode indicar que se admite que a obra fique concluída em dez anos. A asserção de (9) numa outra situação, em que, por exemplo, o construtor pretende arrastar o prazo de execução da obra, dá origem a uma outra leitura, em que a frase expressa o valor de finalidade. Assim, a frase (9) tem, pelo menos, as seguintes paráfrases:

- (10) a. De certeza que a obra vai durar dez anos.  
 b. Possivelmente, a obra vai durar dez anos.  
 c. Tenciono que a obra dure dez anos.

Posto isto, cabe perguntar se é possível uma análise dos modificadores nominais oracionais introduzidos pela preposição *para* que dê conta da possibilidade de veicularem diferentes valores modais. Tentarei mostrar que a resposta é afirmativa e que o significado deste tipo de modificadores pode ser descrito à luz dos mesmos parâmetros que Krazter (1991) assinala como pertinentes para a explicitação do significado dos verbos modais e da modalidade em geral, que se descrevem sumariamente na secção seguinte.

### 3. Modalidade e dependência contextual

Numa semântica de mundos possíveis, os verbos modais são tradicionalmente analisados como envolvendo relações de acessibilidade, que correspondem a noções como ‘a proposição *p* é epistemicamente / deonticamente /... acessível’. Por exemplo, uma frase como *a Ana pode estar em casa*, na leitura epistémica do verbo modal, significará que há pelo menos um mundo possível epistemicamente acessível a partir do contexto de enunciação em que a Ana está em casa. A leitura deontica será idêntica, com a ressalva de que o advérbio *epistemicamente* é substituído pelo advérbio *deonticamente*. Formalmente, a semântica dos verbos modais *poder* e *ter de* (ou equivalentes noutras línguas) será a indicada em (11) e (12), para qualquer proposição  $\alpha$  e relação de acessibilidade  $R$ , sendo  $W$  o conjunto dos mundos possíveis:

- (11)  $[[\text{pode } \alpha]]^R = \{w \in W: w' \in [[\alpha]]^R, \text{ para pelo menos um } w' \text{ tal que } wRw'\}$   
 (12)  $[[\text{tem de } \alpha]]^R = \{w \in W: w' \in [[\alpha]]^R, \text{ para todo o } w' \text{ tal que } wRw'\}$

<sup>2</sup> Como se pretende ilustrar a multiplicidade de leituras da construção, sem a interferência de factores como, por exemplo, a entoação, a frase não foi pontuada, já que o sinal de pontuação adequado varia consoante a leitura que se pretende transmitir.

<sup>3</sup> Ou *na generalidade dos  $w'$* , visto que, de acordo com Oliveira (2003), o verbo modal *ter de*, na interpretação epistémica, indica uma crença muito forte, mas não a certeza absoluta, que é expressa pela asserção. Ainda assim, nalguns casos, como o que se segue, a interpretação do verbo modal *ter de* parece envolver quantificação universal:

Kratzer (1991) defende uma análise alternativa da modalidade em geral e dos verbos modais em particular, que se baseia em três parâmetros: a base modal, uma ordenação dos mundos possíveis e a força modal. Na base da proposta de Kratzer está a assunção de que a interpretação dos operadores de modalidade é sempre dependente do contexto de asserção. Ou seja, explora a ideia, bastante divulgada (cf., e.g., Oliveira, 1993), de que os verbos modais (e outros operadores de modalidade) não são ambíguos, mas sim vagos, sendo a sua interpretação obtida pela ligação que estabelecem com o contexto de enunciação. Os três parâmetros que a autora considera permitirão dar conta desta dependência contextual da modalidade. Vejamos, resumidamente, em que consiste cada um dos parâmetros.

Quanto à base modal, corresponde, *grosso modo*, à informação que fundamenta a asserção com um operador modal e pode ser identificada por expressões como *face ao que se sabe*, *dados estes factos*, *sendo assim*, *nestas circunstâncias*, etc. A autora considera existirem duas bases modais possíveis, a circunstancial e a epistémica, que em português se distinguem claramente quando se observa o contraste entre as seguintes frases:

- (13) a. É possível cultivar vinha nesses terrenos.  
 b. É possível que se cultive vinha nesses terrenos.

A frase (13a) expressa a informação de que estão reunidas as condições necessárias para o cultivo da vinha nos terrenos em causa. Ou seja, a frase indica que, dado o tipo dos terrenos, o clima da região, etc., há condições que permitem o cultivo da vinha, independentemente de na realidade ser lá cultivada vinha ou não. A interpretação da frase (13b) é diferente. Esta expressa a informação de que, face às evidências ou ao conhecimento de que se dispõe, não se exclui a possibilidade de que seja, de facto, cultivada vinha nos terrenos em causa. Assim, a primeira frase, que pode ser precedida por um aposto como *dadas as características dos terrenos*, está associada a uma base modal circunstancial, enquanto a segunda, que pode ser precedida por um aposto como *tendo em conta o que se sabe* ou *tendo em conta as evidências de que se dispõe*, envolve uma base modal epistémica.

Considerando agora o segundo parâmetro acima referido – a ordenação dos mundos possíveis –, este traduz a ideia de que os mundos possíveis estão ordenados de acordo com o grau de proximidade em relação ao ideal. Por exemplo, num cenário em que um indivíduo comete um crime, um mundo possível em que é castigado por isso é mais próximo do ideal do que um mundo possível em que o mesmo indivíduo recebe uma medalha de mérito pelo facto. Neste exemplo, os mundos possíveis são ordenados de acordo com o que é mais próximo de *o que a lei determina* ou *o que as normas*

---

(i) Era óbvio que a Ana tinha de estar em casa; da rua, viam-se as luzes acesas e só ela é que tinha as chaves.

Nos casos em que o verbo modal tem interpretação deontica ou circunstancial (cf. Oliveira, 2003), o valor de necessidade (ou quantificação universal) é mais evidente:

(ii) De acordo com a lei, o relatório tem de ser entregue antes do fim de Março.

(iii) Para se chegar ao castelo de Almourol, tem de se ir de barco.

*morais ou éticas determinam*, pelo que os mundos possíveis são ordenados numa relação de ordem deôntica. Os mundos possíveis podem também ser ordenados de acordo com outras relações de ordem, estando os mundos possíveis mais próximos ou mais afastados de *o que se espera*, *o que é desejável*, *o curso normal dos acontecimentos*, etc., pelo que, ainda de acordo com Kratzer, se podem considerar relações de ordem epistémicas, desiderativas, entre outras.

Finalmente, a força modal corresponde aos conceitos clássicos de ‘possibilidade’ e ‘necessidade’, reconhecendo-se a existência de outros graus de força modal, expressáveis, por exemplo, por expressões como *muito provavelmente*, *existe a ténue possibilidade de*, *é mais/menos provável X do que Y*, *tão possível é X como Y*, etc.

#### **4. Análise dos modificadores nominais introduzidos pela preposição *para* à luz dos parâmetros de Kratzer (1991)**

Com base nos parâmetros que Kratzer (1991) defende como operativos na análise da modalidade, vejamos o significado dos modificadores nominais introduzidos pela preposição *para*.

##### **4.1. Base Modal**

Quanto à Base Modal, observa-se que os modificadores em análise podem estar associados a uma base modal circunstancial ou a uma base modal epistémica. Para se constatar este facto, considere-se o exemplo *o Paulo é rapaz para resolver este exercício*. Como se viu acima, esta frase é ambígua entre uma leitura de capacidade e uma leitura epistémica. Na primeira leitura, a frase indica que o Paulo tem capacidade para resolver o exercício em causa, enquanto na segunda significa que é possível que o Paulo venha a resolver o exercício.

Estas duas leituras decorrem claramente da consideração de uma ou da outra das bases modais identificadas – a circunstancial e a epistémica. De facto, a interpretação da frase pode ser baseada em critérios como o grau de dificuldade do exercício, as capacidades do Paulo, etc., caso em que se parte de uma base modal circunstancial e se obtém a leitura de capacidade. Outra possibilidade é interpretar a frase partindo da informação disponível, caso em que se considera uma base modal epistémica e se obtém a leitura epistémica. Como pode estar associada a qualquer destas duas bases modais, fora de contexto a frase é ambígua. A favor da evidência de que a ambiguidade da frase decorre da sua associação a diferentes bases modais, aponta o facto de a ambiguidade se desfazer pela adjunção de apostos que identificam a base modal. É o que mostram os exemplos que se seguem:

- (14) a. Tendo em conta as capacidades do Paulo e o grau de dificuldade do exercício, ele é rapaz para resolver o problema.  
 b. Tendo em conta as capacidades do Paulo e o grau de dificuldade do exercício, ele é capaz de resolver o problema.

- (15) a. *Sendo o Paulo quem nós sabemos, ele é rapaz para resolver o exercício.*  
 b. *Sendo o Paulo quem nós sabemos, é possível que ele resolva o exercício.*

No exemplo (14a), o aposto, a itálico, identifica uma base modal circunstancial, pelo que a estrutura nominal modificada, sublinhada, tem o valor modal de capacidade, sendo a frase parafraseável por (14b). Por contraste, em (15a), o aposto identifica uma base modal epistémica, de que decorre a interpretação da frase em que é parafraseável por (15b).

#### 4.2. Relação de Ordem

Considere-se agora o segundo parâmetro acima enunciado como operativo na análise da modalidade: a Relação de Ordem. Como se viu acima, este conceito corresponde à ideia de que os mundos possíveis a considerar estão ordenados de acordo com *o que está mais próximo do que é desejável* (caso em que se considera uma relação de ordem desiderativa), *o que está mais próximo do que é obrigatório* (caso em que se considera uma relação de ordem deontica), *o que está mais próximo do que é normal* (caso em que se considera uma relação de ordem estereotípica), etc.

Tendo em conta este parâmetro, considere-se o valor de finalidade, a que alguns dos modificadores nominais em análise estão associados. Como ficou visto acima, estruturas nominais como (16a), abaixo, têm um valor de intencionalidade, enquanto estruturas como (16b), com o mesmo tipo de modificador nominal, não expressam este tipo de valor e construções como (16c) e (16d) são ambíguas entre uma leitura de finalidade e leituras de outro tipo:

- (16) a. As flores para oferecer à Ana estão em cima da mesa.  
 b. Isto é terreno para medir 80 hectares.  
 c. Temos vários assuntos para debater.  
 d. Isto é casa para durar cem anos!

A interpretação mais natural de (16a) é a de que no mundo possível ideal as flores em causa são oferecidas à Ana. Assim, a frase envolve a consideração de uma ordenação dos mundos possíveis de acordo com o que está mais próximo de *o que é desejável* ou *o que é obrigatório*. Já em (16b), não faz sentido considerar o desejo de que o terreno meça 80 hectares (salvo, obviamente, se se considerarem situações em que a área dos terrenos possa ser manipulada), pelo que, na interpretação mais natural da frase, tem-se em conta uma ordenação dos mundos possíveis feita de acordo com *o que é normal* e não de acordo com *o que é desejável*. Daí que o modificador nominal não veicule o valor de finalidade ou intencionalidade. Quanto a (16a) e (16b), a interpretação das construções pode envolver também a consideração de uma ordenação de mundos possíveis feita de acordo com *o que é desejável*. Neste caso, a frase (16a) indicará que se tenciona debater vários assuntos e (16c) indicará que se pretende que a casa dure cem anos. Alternativamente a esta relação de ordem, em (16c), faz sentido considerar uma relação de ordem deontica, em que se tem em conta *o que é obrigatório*,

e em (16d) pode-se considerar uma relação de ordem estereotípica, em que se tem em conta *o curso normal dos acontecimentos*. Consoante a relação de ordem considerada seja uma ou outra, a frase (16c) – *temos vários assuntos para debater* – será parafraseável por (17a) ou (17b), enquanto a frase (16d) – *isto é casa para durar cem anos* – será parafraseável por (18a) ou (18b):

- (17) a. Temos vários assuntos que tencionamos debater.  
b. Temos vários assuntos que deveríamos debater.
- (18) a. Tenciono que a casa dure cem anos.  
b. É possível que a casa dure cem anos.

Na interpretação em que é equivalente a (18a), a frase (16d) – *isto é casa para durar cem anos* – envolve uma base modal circunstancial e uma ordenação desiderativa, enquanto que na interpretação em que é equivalente a (18b), a frase envolve uma base modal circunstancial e uma relação de ordem estereotípica. Dito de outro modo, em (16d), a informação de que se parte está relacionada com a forma como a casa está construída, a qualidade dos materiais usados na sua construção, etc., pelo que a base modal é circunstancial. Partindo dessa base modal, pode-se considerar uma ordenação dos mundos possíveis em que se tem em conta *o que é desejável* ou uma ordenação em que se considera *o que é previsível*.

Em suma, os modificadores nominais em análise podem envolver uma relação de ordem desiderativa, em que os mundos possíveis considerados são ordenados de acordo com o seu grau de proximidade em relação *ao que é desejável*, como podem envolver relações de ordem de outro tipo. Daí que alguns dos modificadores nominais oracionais infinitivos iniciados pela preposição *para* possam estar associados a um valor de finalidade, mas nem sempre o estejam.

### 4.3. Força Modal

Finalmente, há a considerar o parâmetro Força Modal. No que respeita aos modificadores nominais em análise, verifica-se que estes podem ter o valor de necessidade (ou quase necessidade) ou o valor de possibilidade. Em frases como (19a) e (19b) o valor de necessidade é evidente:

- (19) a. Os estudantes têm muitos livros para ler.  
b. As flores para oferecer à Ana estão em cima da mesa.

A interpretação mais natural da primeira frase é a de que os vários livros têm de ser lidos e a da segunda frase é de que as flores são para entregar à Ana, sendo essa entrega uma necessidade. Já em construções como (20a) e (20b), sobressai o valor de possibilidade:

- (20) a. Eles tinham equipa para ganhar.  
b. O Paulo é rapaz para resolver o problema.

A interpretação mais natural da primeira frase é a de que a equipa em causa podia ganhar e a da segunda frase é a de que o Paulo pode resolver o problema.

No entanto, não é de excluir que, dado o contexto apropriado, qualquer frase com modificadores nominais oracionais introduzidos pela preposição *para* possa expressar seja o valor de possibilidade seja o de necessidade. Por exemplo, a frase (19a), em que o valor de necessidade parece evidente, pode também ter a leitura de possibilidade, indicando a frase que há muitos livros que os estudantes podem ler, se assim o desejarem. Do mesmo modo, a frase (20a), em que a leitura de possibilidade parece a mais natural, pode expressar igualmente um valor de necessidade (ou um valor próximo), indicando que era forçoso que a equipa em causa ganhasse. Esta parece ser a leitura mais natural se a frase (20a) for seguida, por exemplo, pela frase *não admira que o tenham feito*.

Com outros exemplos, torna-se mais evidente que os modificadores nominais em análise podem estar associados à força modal de necessidade ou à de possibilidade. Observe-se a construção seguidamente repetida e renumerada:

(21) Isto é reunião para durar umas duas horas.

Numa leitura, esta frase expressa a (quase) certeza de que a reunião durará cerca de duas horas. Nesta interpretação, a base modal é circunstancial (i.e., tem-se em conta, por exemplo, o número e a complexidade dos assuntos a debater), a ordenação dos mundos possíveis é estereotípica (i.e., considera-se o que é previsível, dado o curso normal dos acontecimentos) e a força modal aproxima-se do valor de necessidade; isto é, a frase indica que na generalidade dos mundos possíveis próximos de *o que é normal* se verifica que a reunião dura cerca de duas horas. Numa outra interpretação, a frase expressa não a previsão de que a reunião demorará cerca de duas horas, mas antes a informação de que não se exclui a possibilidade de que esse seja o tempo de duração da reunião. Nesta segunda interpretação, a base modal e a relação de ordem são idênticas às da leitura anterior, residindo a única diferença na força modal, que nesta segunda leitura será de possibilidade. Ou seja, a frase indica que há pelo menos um mundo possível próximo de *o que é normal* em que se verifica que a reunião dura aproximadamente duas horas.

Posto isto, cabe perguntar porque é que os modificadores nominais em análise podem expressar quer a força modal de possibilidade quer a de necessidade. Esta questão é tanto mais pertinente quanto esta duplicidade de leituras não se encontra noutras formas linguísticas de expressão da modalidade. De facto, com outros meios linguísticos de expressão da modalidade, os operadores associados à força modal de possibilidade são distintos dos que estão associados à força modal de necessidade ou a outros graus de força modal. Por exemplo, em português o verbo modal *poder* expressa o valor de possibilidade, enquanto o verbo modal *ter de* expressa o valor de necessidade e o verbo *dever* um valor de força modal mais fraco do que o de *ter de* (cf., e.g., Oliveira 1993). O que não se verifica é que o mesmo verbo possa expressar diferentes valores de força modal. Por contraste, com os modificadores nominais oracionais

introduzidos pela preposição *para*, pelo menos aparentemente, a mesma estrutura pode expressar diferentes graus de força modal.

#### 4.4. Hipótese de verbo modal implícito

Na busca de uma explicação para a possibilidade de os modificadores nominais em análise terem força modal de possibilidade ou (próxima da) de necessidade, a hipótese que coloco é a de que as construções em causa têm o verbo modal *poder* implícito, obtendo-se uma ou outra interpretação consoante este verbo seja ou não computado. Se o for, emerge a leitura de possibilidade, que este verbo expressa; caso contrário, emerge a leitura de necessidade, tal como noutras frases sem qualquer operador de modalidade. Ou seja, de acordo com a hipótese que coloco, a força modal de necessidade será a interpretação por defeito dos modificadores nominais em análise e a força modal de possibilidade decorrerá da computação de um verbo modal implícito.

Vejam, em primeiro lugar, por que motivo a força modal de necessidade é a interpretação por defeito e, seguidamente, quatro argumentos a favor da existência de um verbo modal implícito.

Numa semântica de mundos possíveis, a força modal de necessidade corresponde a quantificação universal sobre o conjunto de mundos acessíveis. É este tipo de força modal que tem a asserção de frases declarativas não modalizadas (cf., e.g., Oliveira, 2003). De facto, a asserção indica que em todos os mundos possíveis conceptualizáveis no contexto de enunciação se verifica a proposição asserida<sup>4</sup>. Dito de outro modo, o enunciador, ao asserir a frase, expressa a sua crença de que a mesma é verdadeira. Ou seja, indica que a proposição é verdadeira em todos os mundos possíveis que considera. A expressão de graus mais fracos de força modal exige a presença de operadores modais, que podem expressar um grau fraco, como é o caso, por exemplo, do advérbio *talvez* e do verbo modal *poder*, ou mais forte, como é o caso, por exemplo, do verbo modal *dever*. Exemplificando, a frase (22a), abaixo, indica que em todos os mundos possíveis acessíveis a partir do contexto de enunciação se verifica que está a chover, enquanto a frase (22b) indica que há pelo menos um mundo possível acessível a partir do contexto de enunciação em que se verifica que está a chover:

- (22) a. Está a chover.  
b. Talvez esteja a chover.

Em suma, sem a presença de qualquer operador modal, a interpretação que se obtém é a de quantificação universal. Deste modo, é natural que os modificadores

---

<sup>4</sup> O sistema *Context Change Semantics* (cf. Heim, 1992) capta esta intuição do seguinte modo: cada frase declarativa é asserida num contexto, que é um conjunto de mundos possíveis – o conjunto dos mundos possíveis que podem modelar a realidade – e a asserção da frase corresponde a uma instrução para se removerem do contexto todos os mundos possíveis excepto aqueles em que a proposição se verifica. Ou seja, tem-se em conta como é que a realidade pode ser e, ao asserir-se uma frase, se a mesma for aceite pelos participantes na interacção discursiva, elimina-se a possibilidade de a proposição asserida não se verificar.

nominais em análise, como o que ocorre sublinhado em (23a), possam expressar a força modal de necessidade, caso em que a construção (23a) é equivalente a (23b):

- (23) a. Os estudantes têm muitos livros para ler.  
 b. Os estudantes têm muitos livros que têm a obrigação de ler.

De facto, se a interpretação da oração infinitiva não envolve a computação de qualquer operador modal, são considerados na sua interpretação os mesmos mundos possíveis que na interpretação da frase matriz. Dado que esta é asserida e, por conseguinte, envolve quantificação universal sobre mundos possíveis, a indicação de que em todos os mundos possíveis considerados se verifica a proposição infinitiva decorre naturalmente. Para exemplificar, considere-se ainda a frase (23a). Neste exemplo, uma vez que os mundos possíveis estão ordenados numa relação de ordem deontica, os mundos possíveis a considerar são os que se aproximam de um mundo possível em que a obrigação é cumprida, o mundo ideal. Como a frase envolve quantificação universal sobre mundos possíveis, porque é asserida, a frase indica que em todos os mundos possíveis relevantes – isto é, os que estão mais próximos do ideal (cf. Kratzer, 1991) – se verifica que os estudantes lêem os livros em causa.

O corolário deste raciocínio é que a força modal de necessidade, a que os modificadores nominais em análise podem estar associados, é a interpretação que se obtém por defeito, resultando da ausência da computação de qualquer operador modal.

Como se viu acima, além desta interpretação, os mesmos modificadores nominais podem ter força modal de possibilidade, o que, de acordo com a hipótese acima enunciada, decorrerá da computação do verbo modal *poder*, que pode estar implícito nestas construções. Mais concretamente, a hipótese é a de que estas construções podem ser interpretadas tendo em conta apenas o material lexical expresso e, portanto, sem a consideração de qualquer operador modal, ou, alternativamente, podem ser interpretadas assumindo a presença de um verbo modal – *poder* – não expresso. No primeiro caso, obtém-se a força modal de necessidade, como visto acima. No segundo caso, obtém-se a força modal de possibilidade.

A hipótese de que estas construções podem envolver a computação do verbo *poder* encontra fundamento nos quatro argumentos que seguidamente se expõem.

Em primeiro lugar, o verbo pode ter realização lexical, como mostra a frase (24a):

- (24) a. Isto é reunião para poder durar duas horas.  
 b. Isto é reunião para durar duas horas.

A frase (24a) só pode significar que é possível que a reunião dure cerca de duas horas. A frase (24b) é ambígua entre esta mesma leitura e a leitura em que se expressa a previsão de que a reunião vai durar cerca de duas horas. Esta segunda interpretação – que expressa a quase certeza de que a reunião vai demorar cerca de duas horas – é a que decorre da não computação de qualquer operador modal, enquanto a primeira é a que se obtém pela computação do verbo modal *poder*, que é lexicalmente realizado em (24a) e estará implícito em (24b).

O segundo argumento advém da constatação de que a ambiguidade entre o valor de possibilidade e o de necessidade parece existir em casos de infinitivo não flexionado, como (25a), mas não em casos de infinitivo flexionado, como (25b):

- (25) a. Tens algum livro para ler nas férias?  
b. Tens algum livro para leres nas férias?

A frase (25a) é ambígua, podendo ser equivalente a (26a) ou a (26b), enquanto a frase (25b), com infinitivo flexionado, só tem a interpretação em que é equivalente a (26b):

- (26) a. Tens algum livro que possas ler nas férias, se quiseres ler?  
b. Tens algum livro que tenhas de ler nas férias?

Este facto pode ser explicado do seguinte modo: na presença do infinitivo flexionado, não é possível interpretar a frase como tendo um verbo modal implícito, já que, se este verbo existisse, seria ele que teria as marcas de flexão, e não o verbo principal, como mostra a agramaticalidade de (27):

- (27) \*Tens algum livro para ~~poder~~ leres nas férias, se quiseres ler?

Assim, a única interpretação possível de (25b) é a que decorre da interpretação da frase sem computação de um verbo modal implícito, que, como se viu, origina a força modal de necessidade. Dito de outro modo, o facto de o verbo principal estar conjugado no infinitivo flexionado indica que não há verbo modal implícito (visto que, se houvesse, o verbo principal não poderia ter marcas de flexão), pelo que a interpretação de possibilidade fica excluída.

Quando o verbo está no infinitivo não flexionado, pode assumir-se que há um verbo modal implícito, eventualmente com marcas de flexão (cf. (28a)), tal como se pode interpretar a frase como não tendo qualquer verbo modal implícito e tendo o verbo no infinitivo não flexionado (cf. (28b)):

- (28) a. Tens algum livro para ~~poderes~~ ler nas férias, se quiseres ler?  
b. Tens algum livro para ler nas férias?

Na primeira interpretação, a frase será equivalente a (26a), dado que se computa o verbo *poder*, que gera a leitura de possibilidade, enquanto na segunda interpretação a frase será equivalente a (26b), dado que, não se computando qualquer verbo modal, emerge a leitura de necessidade, como visto acima.

Os dois últimos argumentos a favor da hipótese de que os modificadores nominais em análise podem ter um verbo modal implícito decorrem de evidência indirecta. Mais concretamente, a presença deste verbo modal é sugerida pela interpretação de frases com expressões quantitativas como, por exemplo, *duas horas*, *uns dez anos* ou *cerca de cinquenta dólares*.

Nas construções com os modificadores nominais em análise, verifica-se que, quando estes têm força modal de possibilidade, as expressões quantitativas identificam um valor limite, o mesmo não se verificando se a força modal for de necessidade. Para se constatar este facto, observem-se as seguintes frases:

- (29) a. Isto é camião para transportar vinte toneladas de carga!  
 b. Temos carro para chegar ao Porto em duas horas!

Creio que estas frases são ambíguas, sendo a primeira parafraseável por (30a) ou (30b) e a segunda por (31a) ou (31b):

- (30) a. O camião pode transportar até cerca de vinte toneladas de carga.  
 b. Calculo que o camião transporta umas vinte toneladas de carga.

- (31) a. Ele consegue correr a maratona em pelo menos três horas.  
 b. Na minha opinião, chegaremos ao Porto em duas horas.

Em qualquer das interpretações, a expressão quantitativa identifica um valor aproximado, sendo interpretada como *aproximadamente vinte toneladas de carga* ou *cerca de duas horas*. Independentemente deste factor de vagueza, as frases são ambíguas, verificando-se que a expressão quantitativa identifica um valor limite, inferior ou superior, em apenas uma das interpretações, as que correspondem às leituras identificadas em (30a) e (31a).

Esta ambiguidade é explicável pela hipótese de que os modificadores nominais em análise podem ser interpretados como tendo ou não um verbo modal implícito. A interpretação em que a expressão quantitativa identifica um valor limite é a que se obtém se for computado o verbo modal *poder*. Veja-se que esta é a única leitura possível se o modal estiver expresso:

- (32) a. Isto é camião para poder transportar vinte toneladas de carga!  
 b. Temos carro para podermos chegar ao Porto em duas horas!

A primeira destas frases é equivalente a (30a), mas não a (30b), tal como a segunda frase é equivalente a (31a), mas não a (31b). Uma vez que as frases (29a) e (29b) podem ter as mesmas interpretações que (32a) e (32b), respectivamente, pode-se concluir que a interpretação dessas frases, numa das suas leituras, envolve a computação do verbo *poder*.

Se não for computado qualquer operador modal, consideram-se os mesmos mundos possíveis que são tidos em conta na interpretação da frase matriz. Assim, a frase (29a) indicará que em todos os mundos possíveis a considerar o camião transporta cerca de vinte toneladas e (29b) indica que em todos os mundos possíveis que o enunciador considera se chegará ao Porto em duas horas. Assim, sem a interpretação do verbo modal, exclui-se a referência à possibilidade de o camião transportar uma carga

significativamente diferente de vinte toneladas ou de se chegar ao destino num período de tempo significativamente diferente de duas horas.

Em suma, a hipótese de que o verbo modal *poder* pode ser computado na interpretação das construções em análise é coerente com a leitura em que expressões quantitativas como *duas horas* identificam um valor limite. Tal como se verifica noutras construções (cf., e.g., Beck e Rullmann, 1995), nuns casos, considera-se o limite inferior; noutros, o limite superior<sup>5</sup>.

Finalmente, há um quarto argumento a favor da hipótese de que a ambiguidade das construções em análise entre força modal de possibilidade e de necessidade se deve à possibilidade de se computar um verbo modal implícito. Este argumento decorre da leitura de frases negativas como a seguinte:

(33) Isto não é reunião para durar duas horas.

Esta frase é ambígua, podendo ser parafraseável por (34a) ou por (34b):

- (34) a. De certeza que a reunião dura menos de duas horas.  
b. Não se justifica a reunião durar duas horas.

Este tipo de ambiguidade decorre naturalmente da hipótese de que nestas construções pode estar implícito o verbo modal *poder*.

Se este verbo for computado – *isto não é reunião para ~~poder~~ durar duas horas* –, a frase (33) nega a possibilidade de a reunião durar duas horas, sendo interpretada como (34a). Ou seja, a frase indica que, no conjunto dos mundos possíveis a considerar, não há um único em que a reunião dure duas horas, o que é o mesmo que dizer que em todos os mundos possíveis considerados dura menos de duas horas.

Se não houver computação deste verbo modal, o que se nega é o valor de necessidade, sendo a frase interpretada como (34b). Ou seja, a frase expressa a negação de que em todos os mundos possíveis a considerar se verifique que a reunião demore duas horas. Observe-se que a frase (34b) pode ser continuada por uma oração como *é improvável que demore tanto tempo* – se a ordenação dos mundos possíveis que se consideram na interpretação de (34b) for epistémica –, tal como pode ser continuada por uma oração como *embora seja essa a duração prevista* – se na ordenação dos mundos possíveis que se consideram na interpretação de (34b) se tiver em conta o curso normal dos acontecimentos. Em qualquer dos casos, o que se nega é a necessidade de a reunião demorar duas horas.

---

<sup>5</sup> Como mostram os autores referidos, que analisam construções interrogativas, o tipo de predicado envolvido desempenha um papel na consideração do limite inferior ou superior. Não desenvolverei aqui a consideração dos factores envolvidos na contemplação do valor mínimo ou do valor máximo.

## 5. Conclusão

A análise dos modificadores nominais oracionais infinitivos introduzidos pela preposição *para* mostra que estes têm valor modal e o seu significado pode ser descrito com base nos conceitos que Kratzer (1991) defende serem relevantes na descrição de outras estruturas modais. O aspecto mais interessante destes modificadores nominais é a sua ambiguidade entre leitura de possibilidade e leitura de necessidade. De acordo com a hipótese aqui proposta, esta ambiguidade decorre da computação ou não de um verbo modal implícito. Se este verbo for computado, obtém-se a leitura de possibilidade; caso contrário, emerge a leitura de necessidade, que é a interpretação de qualquer frase declarativa não modalizada.

A análise centrou-se apenas nos modificadores nominais oracionais infinitivos introduzidos pela preposição *para*. Será interessante alargar a descrição semântica a outros tipos de modificadores nominais oracionais infinitivos, alguns dos quais, pelo menos, têm também valor modal (cf., por exemplo, *problemas por resolver* ou *cartas a enviar*).

## Referências

- Beck, Sigrid & Hotze Rullmann (1995) Degree Questions, Maximal Informativeness, and Exhaustivity. In Paul Dekker & Martin Stokhof (orgs.) *Proceedings of the 10<sup>th</sup> Amsterdam Colloquium*. Amesterdão: ILLC-University of Amsterdam, pp. 73-92.
- Heim, Irene (1992) Presupposition Projection and the Semantics of Attitude Verbs. *Journal of Semantics* 9 (3), pp. 183-221.
- Kratzer, Angelika (1991) Modality. In A. von Stechow & D. Wunderlich (orgs.) *Semantics*. Berlin: Walter de Gruyter, pp. 639-650.
- Móia, Telmo (1993) Aspectos da Modificação de Estruturas Nominais. *Discursos* 4, *Semântica das Estruturas Nominais*, pp. 37-63.
- Oliveira, Fátima (1993) Questões sobre Modalidade em Português. *Cadernos de Semântica* 15. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Oliveira, Fátima (2003) Modalidade e modo. In Maria Helena Mira Mateus *et al.* *Gramática da Língua Portuguesa*, 5.<sup>a</sup> ed., revista e aumentada. Lisboa: Caminho, pp. 243-272.